## PROJETO DE LEI N<sup>o</sup>, DE 2019

(Do Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO)

Majora as alíquotas de contribuições sociais sobre operações de produção e comercialização pelos cervejeiros, vinícolas e indústrias afins, no mercado interno e de importação de bebidas alcoólicas e destina recursos para ações de saúde e segurança pública relacionadas ao atendimento de pacientes de alcoolismo e de dependência química, bem como de suas famílias.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei majora as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/Pasep-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação) incidentes sobre a receita de venda (comercialização) no mercado interno e a importação de bebidas alcoólicas e destina recursos para ações de saúde e segurança pública relacionadas ao atendimento de pacientes de alcoolismo e de dependência química, bem como de suas famílias.

Art.  $2^{\circ}$  O art.  $8^{\circ}$  da Lei  $n^{\circ}$  9.715, de 25 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 8º	 	 	 	

Parágrafo único. Aplica-se sobre a receita bruta decorrente da produção e comercialização de bebidas alcoólicas alíquota equivalente ao dobro da fixada no inciso I do caput deste

artigo, exceto em relação às operações cuja tributação é definida na Seção IX do Capítulo I da Lei  $n^{\circ}$  13.097, de 19 de janeiro de 2015." (NR)

Art.  $3^{\circ}$  O art.  $8^{\circ}$  da Lei  $n^{\circ}$  9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

	"Art.	8 <u>°</u>
	§ 5º Aplica-se sobre a receita bruta decorrente comercialização de bebidas alcoólicas alíquota dobro da fixada no <b>caput</b> deste artigo, exceto operações cuja tributação é definida na Seção I da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015." (NR	equivalente ao em relação às X do Capítulo I
Art.	4º O art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezer	nbro de 2002,
passa a vigorar acre	scido do seguinte parágrafo:	
	"Art. 2 <sup>o</sup>	
	§ 7º Aplica-se sobre a receita bruta decorrente comercialização de bebidas alcoólicas alíquota dobro da fixada no <b>caput</b> deste artigo, exceto operações cuja tributação é definida na Seção I da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015." (NR	equivalente ao em relação às X do Capítulo I
Art.	5º O art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezer	nbro de 2003,
passa a vigorar acre	scido do seguinte parágrafo:	
	"Art. 2º	
	§ 8º Aplica-se sobre a receita bruta decorrente comercialização de bebidas alcoólicas alíquota dobro da fixada no <b>caput</b> deste artigo, exceto operações cuja tributação é definida na Seção I da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015." (NR	equivalente ao em relação às X do Capítulo I
Art.	$6^{\circ}$ O art. $8^{\circ}$ da Lei n $^{\circ}$ 10.865, de 30 de abril de	e 2004, passa
a vigorar acrescido d	do seguinte parágrafo:	
	"Art.	8 <u>°</u>

§ 25. Na importação de bebidas alcoólicas aplica-se alíquota equivalente ao dobro da fixada nas alíneas do inciso I do **caput** deste artigo, exceto em relação às operações cuja tributação é definida na Seção IX do Capítulo I da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015." (NR)

Art. 7º A Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e seu Anexo I passam a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 24
Parágrafo único. "Na importação de bebidas alcoólicas aplicase alíquota equivalente ao dobro da fixada nas alíneas do inciso II do <b>caput</b> deste artigo." (NR)
"Art. 25
§ 5º "Sobre a receita decorrente da venda de bebidas alcoólicas aplica-se alíquota equivalente ao dobro da fixada nos incisos do <b>caput</b> deste artigo." (NR)
"Art. 26. (Revogado)."
"Art. 33
§ 1ºO Poder Executivo poderá alterar os valores mínimos de que trata o <b>caput</b> , exceto em relação às bebidas alcoólicas.
" (NR)

## "Anexo I

	Código Tipi			Alíquotas Específicas Mínimas - Valores em R\$ por litro				
Produto		Embalagem	Volume					
	,			IPI	PIS/Pasep	Cofins	PIS - Importa ção	Cofins- Importa ção
Refrigeran tes	2202.10.00	PET Descartável	até 350 ml	0,0588	0,0341	0,157	0,0341	0,157
			de 351 a 600 ml	0,0504	0,0292	0,1346	0,0292	0,1346
			de 601 a 1.000 ml	0,0364	0,0211	0,0972	0,0211	0,0972
			de 1.001 a 1.500 ml	0,032	0,0186	0,0854	0,0186	0,0854
			de 1.501 a 2.200 ml	0,03	0,0174	0,0801	0,0174	0,0801
			acima de 2.200 ml	0,039	0,0226	0,1041	0,0226	0,1041
		PET Retornável	Todas	0,0436	0,0253	0,1164	0,0253	0,1164
		Vidro	até 350 ml	0,0384	0,0223	0,1026	0,0223	0,1026
			de 351 a 600 ml	0,0216	0,0125	0,0578	0,0125	0,0578
			acima de 600 ml	0,0211	0,0122	0,0563	0,0122	0,0563
		Lata	até 350 ml	0,0582	0,0338	0,1555	0,0338	0,1555
Chá	2202.10.00	PET Descartável	até 500 ml	0,0924	0,0536	0,2467	0,0536	0,2467
			acima de 500 ml	0,0419	0,0243	0,112	0,0243	0,112
	2202.10.00	Copo Descartável	Todas	0,08	0,0464	0,2136	0,0464	0,2136
Refrescos	2202.10.00 Ex 01	Todas	Todas	0,0305	0,0177	0,0815	0,0177	0,0815
Isotônico	2202.90.00 Ex 04	Todas	Todas	0,0305	0,0177	0,0815	0,0177	0,0815
	2202.90.00 Ex 05	PET	até 350 ml	0,1568	0,0909	0,4187	0,0909	0,4187
			de 351 a 600 ml	0,112	0,065	0,299	0,065	0,299
Energético			de 601 a 1.000 ml	0,098	0,0568	0,2617	0,0568	0,2617
			de 1.001 a 1.500 ml	0,0868	0,0503	0,2318	0,0503	0,2318
			acima de 1.500 ml	0,0784	0,0455	0,2093	0,0455	0,2093
		Lata	até 350 ml	0,1904	0,1104	0,5084	0,1104	0,5084
			de 351 a 500 ml	0,1316	0,0763	0,3514	0,0763	0,3514
			acima de 500 ml	0,1232	0,0715	0,3289	0,0715	0,3289
Cerveja	2203.00.00	Retornável	Todas	0,09	0,0696	0,3204	0,0696	0,3204
		Descartável	Todas	0,096	0,0742	0,3418	0,0742	0,3418
Chope	2203.00.00 Ex 01	Todas	Todas	0,09	0,0696	0,3204	0,0696	0,3204

Art. 8º As receitas da Cofins e da Cofins-Importação relativas à venda no mercado interno e à importação de bebidas alcoólicas serão integralmente destinadas para ações de saúde relacionadas ao atendimento de pacientes de alcoolismo e de dependência química, bem como de suas famílias.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação e produz efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos a partir do quarto mês subsequente.

Art. 10. Fica revogado o art. 26 da Lei nº 13.097, de 2015.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei (PL) tem como objetivo ajudar no combate a um dos maiores flagelos que atinge a família brasileira: o alcoolismo. As estatísticas sobre o assunto apontam que entre 12-15% da população sofre dessa doença, números frios que não são capazes de dar a real dimensão da tragédia que aflige a vítima da dependência do álcool, seus pais, filhos, irmãos, amigos e todos os que com ele convivem.

É senso comum que a bebida é a porta de entrada para as outras drogas. É menos conhecido, no entanto, que os transtornos causados pelo álcool são até mais drásticos do que os causados pelas outras drogas, supostamente mais pesadas e nocivas.

Nossa experiência no atendimento de dependentes na Fundação Dr. Jesus mostra que é praticamente impossível iniciar o tratamento de uma pessoa com problemas de alcoolismo sem o acompanhamento contínuo de um familiar ou de quem se responsabilize pelo paciente, enquanto tal condição pode até ser dispensável quando o vício é em outras drogas.

Nada obstante tal fato, a bebida é tolerada, diria até incentivada, como mostra o absurdo de o estádio de futebol de um dos clubes mais populares da Bahia receber o nome de uma cerveja, manobra publicitária

que certamente colaborará para disseminar o alcoolismo entre os nossos jovens.

Temos que agir contra esse estado de coisas.

Por isso, propomos que sejam duplicadas as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins),

Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/Pasep-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação) incidentes sobre a receita de venda no mercado interno e a importação de bebidas alcoólicas.

Nesse diapasão, estamos destinando toda a arrecadação da Cofins e da Cofins-Importação obtida da venda e da importação de bebidas alcoólicas ao atendimento de pessoas vítimas do alcoolismo e da dependência química, bem como ao apoio a suas famílias e em ações de combate a violência.

Essa proposição no plano federal tem como contraparte estadual uma indicação ao Governador da Bahia no sentido de elevar as alíquotas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre produtos nocivos à saúde da população e um PL estadual para destinar recursos para o tratamento de dependentes químicos, iniciativas que buscam juntar forças da União e dos Estados no combate desse mal que assola a saúde pública.

Certo da relevância da matéria aqui tratada e da justeza da proposta, conto com o apoio dos Nobres Pares para a discussão e aprovação do presente projeta de lei.

Sala das Sessões, em de abril de 2019.

Deputado PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO